



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 135/2025

Aos 05 dias do mês de junho do ano de 2025, compareceram, de um lado o **MUNICÍPIO DE CANGUÇU, ESTADO DE RIO GRANDE DO SUL**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ Sob n.º 88.861.430/0001-49, com sede à Rua Dr. Francisco Carlos dos Santos nº 240, Centro, nesta cidade de Canguçu-RS, neste ato representada por seu Prefeito Sr ARION LUIZ BORGES BRAGA, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Canguçu - RS, no final assinado, doravante denominado **PROMITENTE CONTRATANTE** e a empresa abaixo qualificada, doravante denominada **PROMITENTE CONTRATADA**, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 30/2025**, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em conformidade com as especificações constantes no Edital homologado em 04/06/2025 onde a empresa **ROGER O. DO AMARAL & ANDERSON C. DO AMARAL LTDA**, estabelecida à Rua Nelson Ebling, 53, Bairro São Francisco, Canguçu, RS, inscrito no CNPJ sob o nº. 45.677.191/0001-69, por seu representante legal, Everton Noreberg Neujuhar.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 Através da presente ata ficam registrados os preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de máquinas pesadas com operador e combustível para atender a demanda do Município, solicitados de acordo com a necessidade do município.

Código	Descrição	UM	Quant.	Nº Item	Lote	Valor
74150	RETRO ESCAVADEIRA - TRAÇÃO 4X4 MÍNIMO 79HP DE POTÊNCIA CARREGADEIRA COM CONCHA FRONTAL COM NO MÍNIMO DOIS CILINDROS E CAPACIDADE DE 1MT CÚBICO, CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL 140L NO MÍNIMO, E PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 7.000KG, COM TODOS OS GASTOS PARA REALIZAÇÃO DO SERVIÇO POR CONTA DO LICITANTE, COM OPERADOR, COMBUSTÍVEL, PEÇAS, MANUTENÇÃO. EVENTUAL DESLOCAMENTO E DEMAIS GASTOS. OITO HORAS DIÁRIAS.	h	3.520	1	2	R\$ 224,00
74151	CAÇAMBA TOCO - MOTOR DIESEL POTÊNCIA MÍNIMA DE 180CV BASCULANTE, NO MÁXIMO 12 (DOZE) ANO DE USO, CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 6MT CÚBICOS, COM CAMBIO REDUZIDO, COM TODOS OS GASTOS PARA REALIZAÇÃO DO SERVIÇO POR CONTA DO LICITANTE, COM OPERADOR, COMBUSTÍVEL, PEÇAS, MANUTENÇÃO. EVENTUAL DESLOCAMENTO E DEMAIS GASTOS. OITO HORAS DIÁRIAS.	h	2.640	1	3	R\$ 195,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

Rua Júlio de Castilhos, 941 - Centro, Canguçu - RS, 96600-000



2.1 - O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital.

2.2 Os valores registrados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, salvo nos casos previstos no artigo 124, Inciso II, alínea d.

2.3 Transcorrido o prazo de 12 (doze) meses, caso a administração opte pela prorrogação da vigência da ata de registro de preços, o valor registrado poderá ser reajustado, com base no índice IPCA acumulado dos últimos 12 meses.

2.4 A ata de registro de preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, ou supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei nº 14.133, salvo no caso de prorrogação.

2.5 - Em cada aquisição/execução decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **Pregão Eletrônico nº 30/2025** que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A Promitente Contratada deverá executar os serviços contratados conforme solicitação da promitente contratante, nos termos prescritos no Termo de Referência (ANEXO I), obedecendo-se ainda os seguintes preceitos:

3.1 O licitante vencedor deverá iniciar os serviços, mediante empenho prévio, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da remessa do empenho com a ordem do serviço.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 Pagamento à empresa promitente contratada só será realizado após o recebimento definitivo dos serviços, em parte ou na sua totalidade, conforme a dimensão do serviço solicitado a PROMITENTE CONTRATADA que deverá estar em conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência.

4.1.1 O pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias após a entrega dos serviços, mediante a entrega dos documentos de regularidade fiscal da empresa e da nota fiscal discriminada conforme a nota de empenho, onde deverá constar o número da conta, agência, banco correspondente ao CNPJ participante do referido pregão, não sendo aceita a emissão de boleto para o pagamento. A forma de pagamento se dará mediante transferência bancária.

4.1.2 Os boletins de medição para o pagamento do serviço prestado serão elaborados por preços unitários, com base no quantitativo das horas trabalhadas, as quais serão computadas através do equipamento denominado “HORÍMETRO”, o qual deverá estar obrigatoriamente funcionando e instalado de forma correta, uma vez que as mesmas têm como parâmetro de mensuração a quantidade de horas trabalhadas nos trechos onde estarão sendo executados os serviços, iniciando-se diariamente a contagem do horímetro no início de cada operação.

4.1.3 Os pagamentos deverão ocorrer mensalmente, portanto será emitido um boletim de medição por mês.

4.2 Não haverá reajuste de preços durante a vigência do Registro de Preços de que trata o presente Edital.

4.3 Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município de Canguçu em favor do fornecedor. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

4.4 Havendo alteração de preços dos materiais, gêneros ou bens tabelados por órgãos oficiais competentes, os preços registrados poderão ser atualizados de conformidade com as modificações ocorridas.

4.5 Na hipótese prevista acima, deverá ser mantida a diferença apurada entre o preço originalmente constante na proposta original e objeto do registro e o preço da tabela da época. O beneficiário do registro poderá solicitar a atualização dos preços vigentes, através de solicitação formal ao Município, desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do



pedido, tais como: notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos, que serão analisados e julgados pelo Município.

4.6 A forma de pagamento se dará mediante transferência bancária.

4.7 Na emissão da nota fiscal deverá ser informado o número do empenho.

4.8 Nenhum pagamento será efetuado à Promitente Contratada enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade contratual (multa) ou em razão de inadimplência referente à execução do objeto contratual, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou à correção monetária.

4.9 No caso de controvérsia sobre a execução/entrega do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

4.10 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto.

4.11 No dever de pagamento pela Administração, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos.

4.12 A ordem cronológica referida somente poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao Tribunal de Contas competente, exclusivamente nas seguintes situações:

I - grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;

II - pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

III - pagamento de bens necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

IV - pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa Promitente Contratada;

V - pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

4.13 Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de bens;

4.14 O gestor do contrato será o responsável pela certificação das Notas Fiscais, bem como liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

4.15 Demais questões com relação ao pagamento encontram-se no Termo de Referência.

4.16 Fica o município autorizado a requerer todo e qualquer documento que ele julgue necessário para que a Promitente Contratada comprove plena regularidade fiscal.

4.17 O preço alterado não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado.

4.18 Todos os fornecedores que forem vencedores de valores superiores a R\$ 800,00, deverão obrigatoriamente emitir NOTA FISCAL ELETRÔNICA, em atendimento ao Decreto nº 48.777/12 (DOE, 06 de fevereiro de 2012).

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES:

SÃO OBRIGAÇÕES DA PROMITENTE CONTRATADA

Constituem obrigações da PROMITENTE CONTRATADA, além de outras previstas no Termo de Referência, no Edital e seus anexos:

5.1 Executar os serviços de acordo com as especificações e demais condições contratualmente avençadas e, ainda, as constantes do edital de licitação e anexos;

5.2 Arcar com eventuais prejuízos causados ao Município e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

5.3 Não possuir débitos em atraso junto ao Município de Canguçu.

DAS OBRIGAÇÕES DA PROMITENTE CONTRATANTE

Constituem obrigações da promitente contratante, além de outras previstas no Termo de



Referência, no Edital e seus anexos:

- 5.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto por intermédio de servidor(es) especialmente designado(s).
- 5.5 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 5.6 Ter a obrigação de cumprir este contrato, na forma legal e segundo as disposições previstas no edital correspondente e neste instrumento contratual.
- 5.7 As decisões que ultrapassarem a competência do(s) representante(s) serão encaminhadas ao gestor da pasta para as devidas providências.
- 5.8 Verificar e fiscalizar as condições técnicas da promitente contratada, visando estabelecer controle de qualidade do objeto a ser entregue.
- 5.9 Comunicar à promitente contratada as ocorrências e quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da promitente contratada;
- 5.10 Efetuar o pagamento à promitente contratada no valor e prazos estabelecidos no edital e demais anexos.
- 5.11 A comunicação entre promitente contratada e promitente contratante se dará via protocolo na plataforma 1DOC, no seguinte endereço eletrônico: <https://cangucu.1doc.com.br/>.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- 6.1 As aquisições decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pelo envio da Nota de Empenho à detentora.
- 6.2 A Promitente Contratada do Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.
- 6.3 Toda execução deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de Nota de Empenho.
- 6.4 A Promitente Contratada, quando do recebimento da Nota de Empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.
- 6.5 A cópia da Nota de Empenho, referida no item anterior deverá ser devolvida, a fim de ser anexada ao processo de administração da ata.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

- 7.1 Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades: Observado o disposto no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, poderão ser aplicadas as seguintes sanções à PROMITENTE CONTRATADA:
 - a) Advertência;
 - b) Multa compensatória entre [0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento)] do valor do contrato celebrado;
 - c) Impedimento de licitar e contratar;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
 - e) O procedimento, hipóteses de descumprimento e aplicação das sanções seguirá os preceitos estabelecidos na Lei n. 14.133/21.
 - f) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
 - g) A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
 - h) O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, no percentual de 10% da obrigação não cumprida.
 - i) A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no item 7.1. As sanções previstas nos itens a, c. e d poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item b, nos termos do art. 156, § 7º, da Lei n. 14.133/21.
 - j) Não serão consideradas sanções e/ou penalidades os valores descontados em função do não



cumprimento dos bens ou de metas aprovadas.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - A ata de registro de preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, ou supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, salvo no caso de prorrogação.

8.2 O pedido de revisão dos preços poderá ocorrer a qualquer tempo.

8.3 O pedido, devidamente instruído com provas que evidenciem a necessidade da revisão de preço, deverá ser endereçado ao Fiscal do Contrato ou documento equivalente, com identificação do instrumento a que se refere.

8.4 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

8.5 Na hipótese de a PROMITENTE CONTRATADA solicitar alteração de preço(s), terá que requerer justificadamente, apresentando documento(s) que comprove(m) sua procedência, tais como: lista de preços de fabricantes, matérias-primas, transporte, nota fiscal de compras ou documentos similares referentes à data da apresentação da proposta e à data em que ocorreu o desequilíbrio econômico-financeiro do pactuado.

8.6 Somente será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do preço registrado se configurada e comprovada a hipótese prevista no art.124, II, “d”, da Lei n. 14.133/2021.

8.7 Não será apreciado o pedido de revisão de preços que não vier acompanhado de provas do desequilíbrio sofrido.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 A inexecução contratual ensejará a extinção do instrumento contratual e/ou o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos da Capítulo VIII, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

9.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

9.1.2 Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

9.1.3 Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

9.2 O descumprimento, por parte da PROMITENTE CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegura a Prefeitura de Canguçu o direito de extinguir o instrumento contratual e de cancelar a ata de registro de preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

9.3 O cancelamento unilateral, com fundamento no inciso I do art. 138 e art. 139 da Lei n. 14.133/2021, sujeitará a PROMITENTE CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do item acerca do qual foi verificado o descumprimento por parte da a PROMITENTE CONTRATADA, independentemente de outras penalidades.

9.4 Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

9.5 No caso de desistência de fornecimento, ocorrerá o cancelamento da Ata de Registro de Preços, sujeitando-se a PROMITENTE CONTRATADA às sanções administrativas pertinentes.

9.6 Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, a Prefeitura de Canguçu poderá aplicar à PROMITENTE CONTRATADA outras sanções e até mesmo iniciar o processo de extinção do instrumento contratual e de cancelamento da ata de registro de preços.

9.7 O registro do fornecedor será cancelado quando:

9.7.1 descumprir as condições da ata de registro de preços;

9.7.2 não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

9.7.3 não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou



9.7.4 sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

9.7.4.1 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos III, IV e VI do caput será formalizado por despacho fundamentado.

9.8 O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata:

9.8.1 por razão de interesse público devidamente comprovado e justificado;

9.8.2 a pedido do fornecedor;

9.8.3 descumprir as condições da ata de registro de preços;

9.8.4 não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

9.8.5 não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,

9.8.6 sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

9.8.6.1 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos III, IV e VI do caput será formalizado por despacho fundamentado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1 - A execução dos serviços objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo Ordenador de Despesa correspondente, sendo obrigatório informar à Comissão Permanente de Licitação/Sistema de Registro de Preços, os quantitativos das contratações.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

10.2 - As despesas correrão por conta das dotações orçamentárias a seguir:

ÓRGÃO
MUNICÍPIO DE CANGUÇU

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS COMUNICAÇÕES

11.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - Integram esta Ata, o edital do **Pregão Eletrônico nº 30/2025** e a proposta da empresa classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

12.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 14.133/2021. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

13.1 Será designado como gestor e/ou fiscal da Ata de Registro de Preço servidor responsável conforme Portaria nº 46/2025.

13.1.1 O gestor da Ata de registro de preço coordenará a execução dos serviços, a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da avença contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

13.1.2 Acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Promitente Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais; os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

13.1.3 O gestor da ata tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o



art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

13.1.4 O gestor da ata também acompanhará o prazo de vigência da ata, de registro de preços será de 01 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

13.1.5 Os valores registrados serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, salvo nos casos previstos no artigo 124, Inciso II, alínea d.

13.1.6 Transcorrido o prazo de 12 (doze) meses, caso opte pela prorrogação da vigência da ata de registro de preços, o valor registrado poderá ser reajustado, com base no índice IPCA acumulado dos últimos 12 meses.

13.2 Será designado como responsável administrativo pela fiscalização da ata de Registro de Preços o servidor **Ariel Romig Knabach nomeado através da Portaria 177/2025**, ao qual compete o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando ao gestor as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento do contrato e ainda:

13.2.1 Atestar, em documento hábil, a execução dos serviços e após conferência prévia do objeto contratado encaminhar os documentos pertinentes ao gestor para certificação;

13.2.2 Confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos na Autorização de Fornecimento;

13.2.3 Verificar se o prazo de execução, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

13.2.4 Comunicar ao gestor eventuais atrasos nos prazos de entrega e/ou execução do objeto, bem como os pedidos de prorrogação, se for o caso;

13.2.5 Acompanhar e controlar, quando for o caso, o estoque de materiais de reposição, destinado à execução do objeto contratado, relativamente à qualidade e quantidade necessárias e/ou previstas contratualmente;

13.2.6 Informar, em prazo hábil no caso de haver necessidade de acréscimos ou supressões no objeto do contrato ao gestor do contrato;

13.2.7 Emitir e controlar, periodicamente, as ordens de serviço necessárias para a execução do objeto contratado;

13.3 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa vencedora do certame, pelos danos causados a Administração ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

13.4 A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Administração, não elide nem diminui a responsabilidade da empresa quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, que não implicarão corresponsabilidade da Administração ou do servidor designado para a fiscalização;

13.5 A Administração não caberá qualquer ônus pela rejeição dos serviços considerados inadequados.

13.6 Ao preposto da Promitente Contratada competirá, entre outras atribuições:

13.6.1 Representar os interesses desta perante a Administração;

13.6.2 Realizar os procedimentos administrativos junto a Administração;

13.6.3 Manter a Administração informada sobre o andamento e a qualidade dos bens fornecidos;

13.6.3 Comunicar eventuais irregularidades de caráter urgente, por escrito, ao fiscal do contrato com os esclarecimentos julgados necessários.

CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Canguçu - RS, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata.

Canguçu, 05 de junho de 2025.

ARION LUIZ BORGES BRAGA
PREFEITO DE CANGUÇU



PREFEITURA DE
CANGUÇU
CAPITAL NACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR
Governo que cuida da gente

EVERTON NOREMBERG
NEUJHAR:00699111005

Assinado de forma digital por EVERTON NOREMBERG
NEUJHAR:00699111005
Dados: 2025.06.06 06:31:11 -03'00'

ROGER O. DO AMARAL & ANDERSON C. DO AMARAL LTDA
PROMITENTE CONTRATADA



Rua Júlio de Castilhos, 941 - Centro, Canguçu - RS, 96600-000



TERMO DE REFERÊNCIA

Município de Canguçu

Secretaria Municipal de Transporte, Estratégias Rurais e Logística.

Necessidade da Administração: Contratação de horas máquina, para atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Transporte, Estratégias Rurais e Logística – SMTERL.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de máquinas pesadas com operador e combustível, para atender demanda da Prefeitura Municipal de Canguçu, através de Registro de Preços, critério de avaliação de menor preço por item, com validade por 12 meses, renováveis.

Serão contratados serviços de escavadeira hidráulica, retroescavadeira, motoniveladora, ca- minhão caçamba.

ITEM	UN	QUANT	DESCRIÇÃO
1	Hora Trabalhada	4.400	MOTONIVELADORA - motor a diesel, equipada com escarificador traseiro, potência 140HP, 6 cilindros, com articulação dianteira, pneus 1.400 x 24 peso operacional mínimo 15.000kg, com todos os gastos para realização do serviço por conta do licitante, com operador, combustível, peças, manutenção. Eventual deslocamento e demais gastos. Oito horas diárias.
2	Hora Trabalhada	3.520	RETRO ESCAVADEIRA - tração 4x4 mínimo 79HP de potência carregadeira com concha frontal com no mínimo dois cilindros e capacidade de 1mt cúbico, Capacidade do tanque de combustível 140L no mínimo, e peso operacional mínimo de 7.000kg, com todos os gastos para realização do serviço por conta do licitante, com operador, combustível, peças, manutenção. Eventual deslocamento e demais gastos. Oito horas diárias.
3	Hora Trabalhada	2.640	CAÇAMBA TOCO - motor diesel potência mínima de 180CV basculante, no máximo 12 (doze) ano de uso, capacidade de no mínimo 6mt cúbicos, com cambio reduzido, com todos os gastos para realização do serviço por conta do licitante, com operador, combustível, peças, manutenção. Eventual deslocamento e demais gastos. Oito horas diárias.
4	Hora Trabalhada	2.640	CAÇAMBA TRUCK - motor diesel potência mínima de 250CV basculante, no máximo 12 (doze) ano de uso, capacidade de no mínimo 12mt cúbicos, com cambio reduzido, com todos os gastos para realização do serviço por conta do licitante, com operador, combustível, peças, manutenção. Eventual deslocamento e demais gastos. Oito horas diárias.
5	Hora Trabalhada	1.000	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA - Escavadeira hidráulica sobre esteiras, motor turbo interculer 6 cilindros em linha, potência líquida de 115kw, capacidade mínima da concha de 1m³, peso operacional mínimo de 21000kg, com cabine fechada com ar condicionado digital e proteção contra capotamento, painel digital de fácil seleção de modo de operação Eco, Std e Power, e todos os instrumentos necessário para o controle do



			equipamento, com todos os gastos para realização do serviço por conta do licitante, com operador, combustível, peças, manutenção. Eventual deslocamento e demais gastos. Oito horas diárias.
--	--	--	--

OBS.: Para efetiva contratação das horas máquinas será considerado a locação de até 5 motoniveladoras, 4 retro escavadeiras, 5 caçamba toco, 5 caçamba truck e 1 escavadeira hidráulica simultaneamente ou gradativamente.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação dos serviços tem como objetivo atender a demanda da Prefeitura Municipal de Canguçu, que não dispõe de equipamentos suficientes e adequados para suprir as necessidades de manutenção de estradas e vias vicinais do município, bem como em serviços de abertura, reabertura, pavimentação e ou melhoramento de vias públicas. Conforme as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.

Além do já citado, todos os serviços objeto deste Termo de Referência buscam garantir as condições de trafegabilidade das estradas e vias do município, evitando acidentes, melhorando o escoamento das águas pluviais e consequentemente melhorando a qualidade de vida das pessoas no município de Canguçu.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Este Termo de Referência define as condições e a forma de execução de serviços para atender a manutenção das estradas e vias do município de Canguçu bem como o melhoramento das condições de trafegabilidade.

A fiscalização dos serviços ficará a cargo da Secretaria de Transporte, Estratégias Rurais e Logística através dos administradores de cada região. Se o serviço não for realizado conforme a necessidade, com assiduidade e obedecendo ao disposto neste Termo poderá o servidor fiscal do contrato rejeitar os serviços e solicitar que seja realizado novamente.

Todos os custos de manutenção, abastecimento ou qualquer outro gasto pertinente ao cumprimento do objeto deste Termo serão por conta da contratada.

É de responsabilidade da contratada manter todos os equipamentos em perfeitas condições de uso, bem como fornecer todos os equipamentos de proteção aos funcionários, além de manter atualizada todas as documentações dos veículos.

Qualquer acidente de trânsito ou de trabalho causado ou com envolvimento da contratada é de responsabilidade da mesma responder sobre os fatos.

Os boletins de medição para o pagamento do serviço prestado serão elaborados por preços unitários, com base no quantitativo das horas trabalhadas, as quais serão computadas através do equipamento denominado "HORÍMETRO", o qual deverá estar obrigatoriamente funcionando e instalado de forma correta, uma vez que as mesmas têm como parâmetro de mensuração a quantidade de horas trabalhadas nos trechos onde estarão sendo executados os serviços, iniciando-se diariamente a contagem do horímetro no início de cada operação.

Os pagamentos deverão ocorrer mensalmente, portanto será emitido um boletim de medição por mês.

Os serviços devem iniciar em no máximo dez dias da data da ordem de serviço.

A Secretaria de Transporte, Estratégias Rurais e Logística através do seu núcleo técnico definirá o tipo de serviço a ser prestado como ensargetamento, limpeza de valetas, desaguadores bem como o local de transporte de material para encascalhamento e recuperação das estradas, em se tratando do serviço de motoniveladora este deve observar o que for designado pelo fiscal do contrato, bem como a forma de "patrolamento".

A quantidade de horas definida neste Termo tem como base os dados e levantamentos de serviços já prestados no município e foi feito junto as Secretarias Municipais de Obras, Serviço, Infraestrutura Urbana e Trânsito e Transportes, Estratégias Rurais e Logística.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os serviços a serem adquiridos, têm natureza de serviços comuns, tendo em vista que seus



padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

O licitante vencedor deverá iniciar os serviços, mediante empenho prévio, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da remessa do empenho com a ordem do serviço.

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) sua assinatura, prorrogável na forma da Lei nº 14.133/2021.

A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço por item, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Para prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título habilitação, nos termos do art. 62 e 66, da Lei nº 14.133/2021:

Jurídica:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no caso de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de eleição de seus administradores, no caso de sociedades civis, inscrição do ato constitutivo, acompanhada da prova da diretoria em exercício.

Obs. Se houver alterações nos documentos citados nesta alínea estas deverão ser apresentadas, salvo se consolidadas, pois neste caso bastará a apresentação da consolidação. As alterações e consolidações deverão estar registradas nos órgãos competentes;

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

Técnica:

Não será exigido atestado de qualificação técnica, visto a natureza de serviço comum.

Fiscal, social e trabalhista:

a) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, referente ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

b) Prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);

c) Certidão que comprove a regularidade para com a Fazenda Estadual (contemplando todos os tributos de competência da esfera de governo), referente à sede ou domicílio do licitante;

d) Certidão que comprove a regularidade para com a Fazenda Municipal (contemplando todos os tributos de competência da esfera de governo), referente à sede ou domicílio do licitante;

e) Prova de regularidade de situação para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal, referente à sede ou domicílio do licitante;

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

g) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica licitante, com data de emissão não anterior a 90 (noventa) dias anteriores à data prevista para o recebimento da documentação e proposta;

h) Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º. da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz);

i) Declaração de idoneidade;

Econômico-financeiro:

a) Cópia da Declaração de Enquadramento ou declaração do contador da empresa devidamente autenticados ou Certidão Simplificada em microempresa – ME ou empresa de Pequeno Porte – EPP, emitida pela Junta Comercial;

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município.

Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.



6. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

No ato da entrega dos serviços, a empresa deverá apresentar um responsável técnico, com capacidade de atestar se o serviço foi prestado de acordo com o solicitado. A autoridade competente da CONTRATANTE também deverá nomear um responsável para vistoriar o serviço realizado. Na entrega, o responsável da CONTRATANTE irá avaliar, juntamente com o responsável da empresa contratada, se o serviço atendeu as devidas especificações acordadas no contrato.

Caso os serviços estejam de acordo com as especificações, será elaborado e assinado boletim de medição para o pagamento do serviço prestado com base no quantitativo das horas trabalhadas e por preços unitários, as quais serão computadas através do equipamento denominado "HORÍMETRO", em duas vias, devendo uma via ficar com a empresa contratante e a outra com a empresa contratada. Caso algum serviço não seja entregue, ou não esteja de acordo com as especificações, o mesmo não deverá ser aceito, sendo comunicado à autoridade competente da Unidade devendo o serviço ser entregue/substituído no prazo máximo de 15 (quinze) dias, com os custos correndo por conta da empresa contratada.

7. **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

Pagamento à empresa contratada só será realizado após o recebimento definitivo dos serviços, em parte ou na sua totalidade, conforme a dimensão do serviço solicitado a CONTRATADA que deverá estar em conformidade com as especificações descritas neste Termo de Referência.

O pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias após a entrega dos serviços, mediante a entrega dos documentos de regularidade fiscal da empresa e da nota fiscal discriminada conforme a nota de empenho, onde deverá constar o número da conta, agência, banco correspondente ao CNPJ participante do referido pregão, não sendo aceita a emissão de boleto para o pagamento. A forma de pagamento se dará mediante transferência bancária.

A autorização de pagamento será feita pela autoridade competente, após este receber do servidor responsável a nota fiscal com o termo de atesto. A subcontratação não será admitida.

8. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO**

Conforme disposto no item 4, o futuro contratado será selecionado mediante processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, Registro de Preço, menor preço por item.

9. **ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal n.º 9.362/2023, que "Institui normas para o procedimento administrativo destinado à realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito do Município de Canguçu/RS. nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021", nos termos do Artigo 23, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Canguçu, 07 de Maio de 2025.

Giovana Cruz da Cruz

Setor Administrativo

Secretaria Municipal de Trânsito, Estratégias Rurais e Logística
Secretaria Municipal de Obras, Serviços, Infraestrutura Urbana e Trânsito

Mariselton Soares Ribeiro

Secretário Secretaria Municipal de Trânsito, Estratégias Rurais e Logística



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: E09F-D974-A8F3-796A

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



EVERTON NOREMBERG NEUJHAR (CPF 006.XXX.XXX-05) em 06/06/2025 06:31:11 GMT-03:00

Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)



ARION LUIZ BORGES BRAGA (CPF 446.XXX.XXX-44) em 06/06/2025 14:43:46 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



BRUNO PERES FONSECA (CPF 016.XXX.XXX-44) em 06/06/2025 14:55:11 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/E09F-D974-A8F3-796A>